

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

Edição nº 529

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Avisos	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	2
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Editais	4
Concursos Públicos	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	20
----------------	----

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicado	20
------------------	----



PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 38/2010

Altera o §2º do artigo 49, o §1º do artigo 51 e o art. 56, todos do Anexo Único do Provimento nº 27/2001.

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O §2º do art. 49 do Anexo Único do Provimento nº 27/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O laudo médico a que se refere o inciso I somente será aceito se firmado até 12 (doze) meses antes da publicação do Edital de Abertura do Concurso no Diário Eletrônico do Ministério Público (DEMP).”

Art. 2º O §1º do art. 51 do Anexo Único do Provimento nº 27/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Para os fins previstos no caput, o candidato será periciado pelo Serviço Biomédico da Procuradoria-Geral de Justiça, ocasião na qual deverá apresentar-se munido de documento original de identidade com foto e laudo médico original que contenha a especificação da deficiência de que é portador, com o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças), detalhando as limitações impostas pela deficiência e informando acerca da causa e possibilidade de evolução da doença que levou à deficiência, firmado até 90 (noventa) dias antes da publicação da nomeação no Diário Eletrônico do Ministério Público (DEMP), sem prejuízo de outros exames que se fizerem necessários.”

Art. 3º O art. 56 do Anexo Único do Provimento nº 27/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56 Todos os prazos previstos ou referidos neste Regulamento contam-se a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação, exceto os previstos no §2º do art. 49 e no §1º do art. 51.”

Art. 4º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 80/2010 – PGJ

Científico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que a Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça proferiu despacho autorizando o **AFASTAMENTO** dos seguintes Membros do Ministério Público:

- Dra. ANGELA SALTON ROTUNNO, Promotora de Justiça, para, no período de 19 a 22 de outubro de 2010, participar do X Seminário do Projeto Integralidade, no Rio de Janeiro/RJ, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais (PR.01128.00517/2010-5).

- Dr. FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES, Promotor de Justiça, para, no dia 26 de outubro de 2010, participar, na condição de palestrante, da abertura do I Simpósio de Desenvolvimento e Sustentabilidade e VI Seminário de Responsabilidade Social, em Taquara/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais (PR.00001.02454/2010-3).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 2152/2010

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. **Determinar**, com fulcro no Artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar fatos contidos no expediente, SPU.PR.01055.00250/2010-0.

2. **Designar** os servidores **João Luiz Pinto Costa**, matrícula nº 14951061, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais R, como Sindicante; **Ruiter Ubaiera Pozo Martinetto**, matrícula nº 14590700, Assessor Especial I, como Secretário. **DÊ-SE CIÊNCIA.**

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

PORTARIA Nº 2370/2010

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato para, nos seguintes termos:

Determinar, com fulcro no Artigo 204 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o afastamento preventivo por sessenta (60) dias de servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do Processo Administrativo Disciplinar **SPU.PR.01055.00267/2010-4.**

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 21 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.



BOLETIM Nº 449/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JULIANO RODRIGUES MUNOZ, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o centésimo octogésimo quarto (184º) lugar na Lista da Classificação Geral Estadual (Port. 2365/10).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria 2352/2010, que nomeou TAISE VELASQUEZ LOPES, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão (Port. 2364/10).

- a Portaria 0908/2010, publicada através do Boletim nº 269/2010, de 07/06/2010, que nomeou HELOISA HELENA USTÁRROZ TEIXEIRA, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão, em razão do que consta no PR.00033.00521/2010-3 e no anexo PR.00592.00466/2010-4 (Port. 2341/10).

PRORROGAR

- a Portaria nº 2707/2008, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 14 de setembro de 2010, que reduziu a carga horária da servidora ALINE KROB SANCHEZ, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, matrícula nº 1496 4350, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 2º, da Lei nº 7.253/79 (PR.00870.00025/2008-5 - Port. 2340/10).

- até 15 de julho de 2010, o afastamento do servidor RODRIGO DA SILVA DUTRA, Adido Brigada Militar, matrícula nº 23878932, a fim de compor o grupo de Oficiais da Brigada Militar destinado à observação técnico-operacional das ações de segurança pública desenvolvidas pela polícia da África do Sul, em Joanesburgo, junto ao evento "Copa do Mundo FIFA 2010", sem ônus para o Ministério Público, exceto a percepção da Função Gratificada (PR.01157.00157/2010-4 - Port. 2346/10).

APOSENTAR

- por invalidez, o servidor JORGE ALFREDO PERLI SILVEIRA DIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 14950642, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e proporcionais a 6.912 dias, incluindo 20% (vinte por cento) referentes a 04 (quatro) avanços trienais (Port. 2354/10).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 30/08/2010, no cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", CATIA ZANDONOTO ZAMBIASI, tendo entrado em exercício em 21/09/2010.

- habilitado para tomar posse, a contar de 02/09/2010, no cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", JOSOE IZAGUIRRE DE OLIVEIRA, tendo entrado em exercício em 21/09/2010.

- habilitada para tomar posse, a contar de 21/09/2010, no cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, MÁRCIA HELENA CUNHA DE SÁ, tendo entrado em exercício em 21/09/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

PROCESSO Nº 3655-09.00/10-2

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/10

CONTRATADA: EDUCADORA COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.; **OBJETO:** fornecimento, de forma parcelada, de material bibliográfico nacional e estrangeiro, pela CONTRATADA; **PERCENTUAL ÚNICO DE DESCONTO:** 20% sobre o preço de capa de cada livro adquirido; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5213; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93; Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99; e Provimentos PGJ/RS nº 33/08, 47/05 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de setembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PROCESSO Nº PR.00956.00453/2008-6

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE. **OBJETO:** Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 16/2008, visando a prorrogar o prazo de vigência deste por mais 02 (dois) anos, a contar de 21/07/2010. **DATA DA ASSINATURA:** 21/07/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

SÚMULA DA CARTA DE INTENÇÕES
PROCESSO Nº PR.00687.00163/2010-3

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A. **OBJETO:** Somar forças para a estruturação de ações efetivas a fim de dar continuidade à melhoria da prestação do serviço de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na área de concessão da AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A. **PRAZO:** Biênio 2010/2011. **DATA DA ASSINATURA:** 10/09/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DA CARTA DE INTENÇÕES
PROCESSO Nº PR.00687.00163/2010-3

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e CEEE-D Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. **OBJETO:** Somar forças para a estruturação de ações efetivas a fim de dar continuidade à melhoria da prestação do serviço de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na área de concessão da CEEE-D Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.

PRAZO: Quadriênio 2010/2014. **DATA DA ASSINATURA:** 10/09/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DA CARTA DE INTENÇÕES
PROCESSO Nº PR.00687.00163/2010-3

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e RGE – Rio Grande Energia S.A. **OBJETO:** Somar forças para a estruturação de ações efetivas a fim de dar continuidade à melhoria da prestação do serviço de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na área de concessão da Rio Grande Energia S.A. **PRAZO:** Biênio 2010/2011. **DATA DA ASSINATURA:** 10/09/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO.22213

CONTRATADA: LEX EDITORA S.A.; **OBJETO:** renovação da assinatura de periódicos da Revista Magister; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.040,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 21/09/2010, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

EDITAL Nº 352/2010
Resultado do Edital nº 322/2010
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00846/2010-7, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 322/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 353/2010
REMOÇÃO DE ASSISTENTE
DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

**CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DO
QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA –
SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 347/2010

TORNO PÚBLICO que estarão abertas, no período de 24 de setembro a 08 de outubro de 2010, as inscrições ao Concurso Público para provimento de vagas constantes deste Edital, das eventualmente abertas no período de eficácia deste Concurso, bem como para formação de cadastro de reserva, destinadas ao provimento do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em regime estatutário, o qual reger-se-á nos termos da Lei Complementar Estadual nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994 e suas alterações, e dos Provimentos nº 64/2007 – PGJ (que dispõe sobre as nomeações em virtude de aprovação em concurso público regional) e suas alterações, nº 63/2007 – PGJ (que dispõe sobre a remoção voluntária de servidores) e suas alterações, nº 33/2010 – PGJ (que dispõe sobre a divisão do Estado em regiões administrativas para fins de provimento de cargos), nº 27/2001 – PGJ (que dispõe sobre o Regulamento dos Concursos Públicos para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul) e suas alterações e pelas instruções contidas neste Edital.

ITEM	CRONOGRAMA ATIVIDADES – AGENTE ADMINISTRATIVO	DATAS PREVISTAS
1	Solicitação de Isenção do pagamento do valor de inscrição (exclusivamente via <i>Internet</i>)	De 24/09/2010 a 08/10/2010
2	Período de inscrições (exclusivamente via <i>Internet</i>)	De 24/09/2010 a 08/10/2010
3	Último dia para pagamento do valor da inscrição	13/10/2010
4	Divulgação de edital dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos	22/10/2010
5	Recursos contra o resultado dos pedidos de isenção	De 26/10/2010 a 28/10/2010
6	Divulgação de edital de homologação das inscrições para portadores de deficiência	04/11/2010
7	Período de inscrições para os candidatos que tiveram o pedido de isenção deferido e indeferido	De 05/11/2010 a 08/11/2010
8	Recursos contra o resultado da homologação das inscrições	De 08/11/2010 a 10/11/2010
9	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições, dos locais, data e horário da prova objetiva	18/11/2010
10	Aplicação da prova objetiva	28/11/2010
11	Divulgação do gabarito da prova objetiva	06/12/2010
12	Recursos quanto ao gabarito da prova objetiva	De 08/12/2010 a 10/12/2010
13	Divulgação de edital do resultado da prova objetiva	31/01/2011
14	Recursos contra o resultado da prova objetiva	De 02/02/2011 a 04/02/2011

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Concurso Público realizar-se-á sob a responsabilidade da Fundação Carlos Chagas, obedecidas as normas deste Edital.
2. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e pela internet nos sites www.concursosfcc.com.br e www.mp.rs.gov.br.
3. O provimento do cargo observará as diretrizes e normas deste Edital, bem como a conveniência administrativa, devendo o candidato permanecer em exercício na região para qual foi nomeado **por período mínimo de 3 (três) anos**.
4. O quantitativo de vagas por região administrativa consta do **Anexo I**.
5. A descrição das atribuições do cargo consta do **Anexo II**.
6. O Conteúdo Programático consta do **Anexo III**.

II. DO CARGO

1. Este Concurso Público destina-se ao provimento das vagas constantes deste Edital e das eventualmente abertas no período de eficácia deste Concurso, destinadas ao provimento do cargo de **Agente Administrativo** do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, observado o disposto nos Provimentos nº 64/2007 (que dispõe sobre as nomeações em virtude de aprovação em concurso público regional) e suas alterações e nº 63/2007 (que dispõe sobre a remoção voluntária de servidores) e suas alterações.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

2. As regiões administrativas para fins de provimento do cargo de **Agente Administrativo** são compostas pelos municípios definidos pelo Provimento nº 33/2010 – PGJ e mencionadas no **Anexo I**.
3. O cargo, a escolaridade, a jornada de trabalho, o vencimento básico e o valor da inscrição são os estabelecidos a seguir:

Cargo	Escolaridade	Vencimento Básico (40 horas semanais)	Valor da Inscrição
Agente Administrativo Classe "M"	Ensino Médio Completo ou equivalente	R\$ 3.177,43	R\$ 84,90

III. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

1. O candidato aprovado no Concurso de que trata este Edital será investido no cargo se atender às seguintes exigências, **na data da posse**:
 - a) ter sido aprovado e classificado no Concurso, na forma estabelecida neste Edital;
 - b) ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas contidas no art. 12 da Constituição Federal;
 - c) possuir os documentos comprobatórios da escolaridade constante do Capítulo II deste Edital;
 - d) atender, se portador de deficiência, às exigências da Lei Federal nº 7.853/1989 regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações posteriores e da Lei Estadual nº 13.320/2009, de 21 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 13.449/2010;
 - e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - f) estar em dia com os deveres do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
 - g) ter boa conduta comprovada por certidões das Justiças Comum (estadual e federal), Militar (estadual e federal) e Eleitoral;
 - h) estar apto física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo, o que será verificado por meio de perícia médica a ser indicada pela Divisão de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça e;
 - i) ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos de idade.

IV. DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
 - 1.1 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor da inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Concurso.
2. A inscrição ao Concurso será efetuada **exclusivamente pela Internet**, no período de **10 horas do dia 24/09 às 18 horas do dia 08/10/2010** (horário de Brasília), de acordo com as orientações elencadas no item 3 deste Capítulo.
3. Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá, no período das inscrições:
 - 3.1 Acessar o endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br durante o período de inscrições e, por meio do link correspondente ao **Concurso do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**, efetuar sua inscrição.
 - 3.2 Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário Eletrônico de Inscrição.
 - 3.3 Preencher o **Formulário Eletrônico** de Inscrição e transmitir os dados pela **Internet**.
 - 3.4 Imprimir o boleto bancário para pagamento do valor da inscrição correspondente.
 - 3.5 Efetuar o pagamento da inscrição por meio de boleto bancário, pagável em qualquer agência bancária no valor de **R\$ 84,90** (oitenta e quatro reais e noventa centavos), de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico, até a data limite de **13/10/2010**.
 - 3.6 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
 - 3.7 A partir de **20/10/2010**, o candidato deverá conferir, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas, a regularidade do registro dos dados de inscrição e do recolhimento do valor da inscrição. Detectando irregularidade, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas **(0XX51) 3251-4561** ou **(0XX51) 3251-4563** de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília), para verificar o ocorrido.
 - 3.8 As inscrições somente serão efetivadas após a confirmação do pagamento do valor da inscrição.
 - 3.9 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após o dia **13/10/2010**, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga extemporaneamente.
 - 3.10 Não se exigirá do candidato, na inscrição, a cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no ato de inscrição, sob as penas da lei.
 - 3.11 A Fundação Carlos Chagas e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul não se responsabilizam por solicitações de inscrições via Internet **não recebidas** por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
 - 3.12 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

4. Ao inscrever-se, o candidato deverá, **obrigatoriamente**, indicar no Formulário Eletrônico de Inscrição o código de Opção da região administrativa conforme tabela constante do **Anexo I** e da barra de opções do Formulário Eletrônico de Inscrição.
 - 4.1 O candidato, ao indicar no Formulário Eletrônico de Inscrição a região administrativa pretendida, concorrerá, preferencialmente, às vagas existentes ou as que vierem a vagar na região administrativa indicada no momento da inscrição via Internet. Uma vez efetivada a inscrição, **não serão aceitos pedidos para alteração de opção de região administrativa** bem como não haverá devolução da importância paga em hipótese alguma.
 - 4.2 A indicação a que se refere o item 4 deste Capítulo, corresponde à opção do candidato para a região administrativa à qual pretende concorrer e, se investido no cargo, corresponderá a um dos Municípios pertinentes à região administrativa.
 - 4.3 O candidato, se aprovado, também integrará a lista de classificação geral, estadual, podendo ser nomeado em região administrativa distinta da qual optou, no caso de esgotamento da lista de classificação geral, por região administrativa; o mesmo procedimento será adotado com relação as vagas destinadas a pessoas portadoras de deficiência.
 - 4.4 Havendo mais de 1 (um) Formulário Eletrônico de Inscrição pago, será considerada válida, para fins de homologação, **a última inscrição**.
5. Recomendamos ao candidato que sejam observadas atentamente as informações sobre a aplicação da prova, constante no **Capítulo VII** (Da Prestação da Prova) deste Edital.
6. As informações prestadas no Formulário Eletrônico de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Carlos Chagas o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.
7. Salvo se cancelada a realização do Concurso, não haverá, em nenhuma outra hipótese, devolução do valor da inscrição, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, tenha efetuado pagamento em duplicidade ou que tenha sua inscrição não homologada.
8. A lista de classificação geral, por região administrativa, tem preferência sobre a lista de classificação geral, estadual. O mesmo se aplica aos portadores de deficiência nos termos do Capítulo V, item 9.1.
9. Não serão aceitos requerimentos de isenção do pagamento do valor da inscrição, com exceção do cidadão amparado pela **Lei nº 13.153, de 16 de abril de 2009**, que comprove a **condição de pessoa com deficiência** e **renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar**.
 - 9.1 Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família e renda familiar per capita a divisão da renda familiar pelo total de indivíduos da família.
10. O requerimento de isenção de pagamento de que trata o item anterior somente será realizado via Internet, no período de **10 horas do dia 24/09/2010 às 18 horas do dia 08/10/2010 (horário de Brasília)**, na forma do item 3 deste Capítulo.
11. Para comprovar cumulativamente as condições apresentadas no item 9 deste Capítulo o candidato deverá encaminhar via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas (A/C Núcleo de Tratamento de Informações – Ref.: Isenção de Pagamento / MPRS – Agente Administrativo - Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala – São Paulo – SP – CEP 05513-900) os documentos relacionados abaixo, **no período de 24/09/2010 a 08/10/2010**.
 - 11.1 **Laudo Médico original expedido, por Órgão Oficial de Perícia, no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da publicação do Edital de Abertura do concurso**, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF, telefone e opção de Cargo/Região Administrativa.
 - 11.2 **Declaração de renda mensal familiar "per capita" de até um salário mínimo e meio nacional**, indicando os nomes e grau de parentesco dos integrantes da família, bem como os rendimentos individuais recebidos por todos. **Deverá conter, ainda, cópia dos documentos de identidade ou certidão de nascimento de todos os integrantes da família**.
12. A comprovação citada no item 11 deste Capítulo deverá ser encaminhada por meio de fotocópias autenticadas. Não serão consideradas as cópias não autenticadas bem como os documentos encaminhados via fax, via Correio Eletrônico ou por outro meio que não o estabelecido no item anterior.
 - 12.1 Consideram-se, também, cópias autenticadas, para fins de comprovação de documentos de isenção descrita neste Capítulo, os documentos contendo carimbos com a descrição **"confere com o original"**, datados e assinados por qualquer autoridade pública.
 - 12.2 Os documentos encaminhados para solicitação de inscrição com isenção de pagamento terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos.
13. Os requerimentos de isenção de pagamento do valor da inscrição serão analisados e julgados pela Fundação Carlos Chagas.
 - 13.1 As informações prestadas no requerimento de isenção, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.
14. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
 - a) deixar de efetuar o requerimento de inscrição pela Internet;



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 529

- b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - c) fraudar e/ou falsificar documento;
 - d) pleitear a isenção, sem apresentar os documentos previstos no item 11 deste Capítulo;
 - e) não observar o período de postagem dos documentos.
15. A Fundação Carlos Chagas e o Ministério Público, a qualquer tempo, poderão realizar diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido.
16. Após a análise dos pedidos de isenção será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul e no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos, observados os motivos do indeferimento do requerimento de isenção.
17. O candidato que tiver seu requerimento de isenção de pagamento do valor da inscrição deferido deverá retornar ao site da Fundação Carlos Chagas para efetuar sua inscrição no período de **05/11/2010 a 08/11/2010**.
18. Ao acessar o site da Fundação Carlos Chagas, o sistema de inscrição informará ao candidato que o seu requerimento de isenção do pagamento da inscrição foi deferido, não gerando boleto para pagamento da inscrição.
19. O candidato que não efetivar a sua inscrição, após a análise dos pedidos de isenção do pagamento, será excluído do Concurso.
20. O candidato que tiver seu requerimento de isenção de pagamento do valor da inscrição indeferido poderá apresentar recurso no prazo de três dias úteis contados a partir da data indicada no respectivo Edital.
21. Após a análise dos recursos será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul e no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) a relação dos requerimentos deferidos e indeferidos.
22. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do valor de inscrição indeferidos e que queiram participar do certame deverão efetuar sua inscrição no site da Fundação Carlos Chagas bem como pagamento no período de **05/11/2010 a 08/11/2010**, de acordo com o item 3 deste capítulo, e realizar o pagamento do boleto bancário até o dia 08/11/2010.
23. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Carlos Chagas eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar a prova do Concurso.
24. Não serão aceitas inscrições pagas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (*fax*), transferência ou depósito em conta corrente, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.
25. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
26. O candidato não portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la por meio de requerimento enviado via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas (Departamento de Execução de Projetos – Ref.: Solicitação/**MPRS/AGENTE ADMINISTRATIVO** – Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala – São Paulo – SP – CEP 05513-900), no qual declarará a causa da solicitação e informará os recursos especiais necessários à prestação da prova.
- 26.1 O candidato que não o fizer até o dia **08/10/2010**, seja qual for o motivo alegado, não terá atendida a condição especial requerida.
- 26.2 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
27. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes do item 26 deste Capítulo, para adoção das providências necessárias.
- 27.1 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 27.2 A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).
- 27.3 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 27.4 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
28. A homologação das inscrições será divulgada por meio de edital publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
- V. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**
1. Às pessoas portadoras de deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurado o direito de inscrição para o cargo em Concurso Público, **cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras**.
2. Em cumprimento ao disposto no art. 105, parágrafo único, e art. 107 da Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, ser-lhes-á reservado o percentual de **10% (dez por cento)** das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Concurso.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

3. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias mencionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações.
4. As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu artigo 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
 - 4.1 Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas.
 - 4.2 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
5. O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser portador de deficiência, especificando-a no Formulário Eletrônico de Inscrição e, no período das inscrições (do **dia 24/09/2010** ao dia **08/10/2010**), deverá encaminhar via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas (Departamento de Execução de Projetos - Ref.: Laudo Médico - Concurso Público do MPRS / **Agente Administrativo** - Av. Professor Francisco Morato, 1565, Jardim Guedala - São Paulo - SP - CEP 05513-900) os documentos a seguir:
 - a) **Laudo Médico original expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da publicação do Edital de Abertura do concurso**, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF, telefone e opção de Cargo/Região Administrativa.
 - b) O candidato portador de deficiência visual, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, até o término das inscrições, a confecção de prova especial em Braille ou Ampliada, ou ainda, a necessidade da leitura de sua prova, especificando o tipo de deficiência.
 - c) O candidato portador de deficiência auditiva, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, até o término das inscrições o Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.
 - d) O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
 - 5.1 O candidato com deficiência que se enquadre na condição prevista no item 9 do capítulo IV e que tenha requerido a isenção de pagamento do valor de inscrição, tendo enviado o laudo médico previsto pelo item 11.1 do capítulo IV, não necessita encaminhar o laudo médico previsto na letra “a” do item 5 deste capítulo.
 - 5.2 Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção podendo, ainda, utilizar-se de soroban.
 - 5.3 Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial **Ampliada** serão oferecidas provas nesse sistema.
 - 5.3.1 O candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova Ampliada entre 18, 24 ou 28. Não havendo indicação de tamanho de fonte, a prova será confeccionada em fonte 24.
 - 5.4 Os candidatos que, dentro do prazo das inscrições, não atenderem os dispositivos mencionados no:
 - 5.4.1 **Item 5 – letra “a” – Serão considerados como não portadores de deficiência.**
 - 5.4.2 Item 5 – letra “b” – Não terão a prova especial preparada e/ou pessoa designada para leitura da prova, seja qual for o motivo alegado.
 - 5.4.3 Item 5 – letra “c” – Não terão o Intérprete da Língua Brasileira de Sinais para realização da prova, seja qual for o motivo alegado.
 - 5.4.4 Item 5 – letra “d” – Não terão tempo adicional para realização da prova, seja qual for o motivo alegado.
 6. No ato da inscrição o candidato portador de deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo pretendido e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação durante o estágio probatório.
 7. O candidato portador de deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência.
 - 7.1 O candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas a portadores de deficiência deverá encaminhar Laudo Médico, de acordo com o item 5 deste Capítulo.
 8. O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.
 9. O candidato portador de deficiência, se classificado de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, além de figurar nas listas de classificação geral por região administrativa e geral estadual terá seu nome constante das listas específicas de portadores de deficiência.
 - 9.1 A lista de classificação especial por região administrativa para portadores de deficiência, tem preferência sobre a lista de classificação especial estadual para portadores de deficiência.
 10. O candidato portador de deficiência, quando convocado, deverá, munido de documento de identidade original, submeter-se à avaliação a ser realizada por Órgão Pericial indicado pela Divisão de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, assim como, se há compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado, observadas as seguintes disposições:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 529

10.1 Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do certame, sendo tornada sem efeito sua nomeação.

10.2 Será eliminado das listas de classificação especial, para portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência de que é portador não se fizer constatada na forma do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, sendo tornada insubsistente a sua nomeação e permanecendo o mesmo apenas a figurar nas listas de classificação geral por **região administrativa e geral estadual**.

11. Não ocorrendo aprovação de candidatos portadores de deficiência para o preenchimento das vagas reservadas, essas serão providas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem de classificação geral por região administrativa e geral estadual.
12. A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo, implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas às pessoas com deficiência.
13. O laudo médico de que trata o item 5 deste Capítulo apresentado pelo candidato terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.
14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

VI. DA PROVA

1. O Concurso Público será constituído de prova de Conhecimentos Gerais, Língua Portuguesa e de Conhecimentos Específicos.
2. As provas de Conhecimentos Gerais e de Língua Portuguesa terão caráter exclusivamente classificatório e a de Conhecimentos Específicos terá caráter eliminatório e classificatório.
3. O concurso será composto de apenas uma fase, constituída por prova objetiva com questões de múltipla escolha no valor total de 100 pontos, distribuídos conforme o quadro:

Prova	Número de Questões	Peso	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais Legislação Informática	10	1,50	15
Língua Portuguesa	10	1,50	15
Conhecimentos Específicos	40	1,75	70

4. As questões objetivas de múltipla escolha (com cinco alternativas cada) versarão sobre assuntos constantes do Conteúdo Programático do Anexo III.

VII. DA PRESTAÇÃO DA PROVA

1. A aplicação da Prova Objetiva está prevista para o dia **28/11/2010** na cidade de **Porto Alegre – RS**.
2. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados nos estabelecimentos localizados na Cidade de Porto Alegre, a Fundação Carlos Chagas reserva-se o direito de aloca-los em cidades próximas à determinada para aplicação da prova, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
3. A aplicação da prova na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização.
4. Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em sábados, domingos ou feriados.
5. A confirmação da data e as informações sobre horários e locais serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação para Prova a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br), com antecedência mínima de 8 (oito) dias, no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) e por meio de Cartões Informativos que serão encaminhados aos candidatos por correio eletrônico (e-mail). Para tanto, é fundamental que o endereço eletrônico constante no Formulário de Inscrição esteja completo e correto.
 - 5.1 A Fundação Carlos Chagas não se responsabiliza pelo envio de cartões informativos de candidatos cujo endereço eletrônico indicado no Formulário Eletrônico de Inscrição esteja incorreto ou incompleto.
 - 5.2 A comunicação por meio do cartão acima referido é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br) e no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) a publicação do Edital de convocação para realização da prova.
 - 5.2.1 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, que venha a ser extraviada ou, por qualquer motivo, não recebida, não desobriga o candidato do dever de consultar o Edital de Convocação para Prova.
6. O candidato que não receber, no endereço eletrônico indicado no Formulário Eletrônico de Inscrição, o Cartão Informativo até o 3º (terceiro) dia que antecede a aplicação da prova deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas, pelos telefones (0XX51) 3251-4561 ou (0xx51) 3251-4563, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília) ou consultar o site da Fundação Carlos Chagas: www.concursosfcc.com.br.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

7. Ao candidato só será permitida a realização da prova na respectiva data, no local e horários definidos no Cartão Informativo e no site da Fundação Carlos Chagas.
8. Os eventuais erros de digitação verificados no Cartão Informativo enviado ao candidato, ou erros observados nos documentos impressos, entregues ao candidato no dia da realização da prova, quanto a nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos por meio do site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), de acordo com as instruções constantes da página do Concurso, até o terceiro dia útil após a aplicação da Prova Objetiva.
 - 8.1 O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item 8 deste Capítulo deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
9. Caso haja inexatidão na informação relativa ao Código de Opção da região administrativa e à condição de portador de deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da prova, pelos telefones (0XX51) 3251-4561 ou (0xx51) 3251-4563, de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília).
 - 9.1 O candidato que não entrar em contato com o SAC no prazo mencionado será o exclusivo responsável pelas consequências advindas de sua omissão.
10. Somente será admitido à sala de prova o candidato que estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997).
 - 10.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
 - 10.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
 - 10.3 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.
11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.
 - 11.1 O candidato não poderá alegar desconhecimentos quaisquer sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.
 - 11.2 O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.
12. Objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público – o que é de interesse público e, em especial, dos próprios candidatos – bem como sua autenticidade, será solicitado aos candidatos, quando da aplicação da prova, a autenticação digital das Folhas de Respostas personalizadas. Na hipótese de o candidato não autenticar digitalmente, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.
 - 12.1 **A autenticação digital (ou assinaturas) dos candidatos na Folha de Respostas visa a atender o disposto no item 16 do Capítulo XI.**
13. Na prova, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas personalizada, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões personalizado. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
 - 13.1 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
 - 13.2 O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
14. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **caneta esferográfica de material transparente e de tinta preta, lápis preto nº 2 e borracha**.
 - 14.1 O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou reforçá-los com grafite na cor preta, se necessário.
 - 14.2 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
 - 14.3 Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
15. Motivarão a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento incorreto e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação da prova.



15.1 Por medida de segurança, os candidatos deverão manter as orelhas visíveis à observação dos fiscais de sala durante a prova.

16. Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que:
- apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
 - apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
 - não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - não apresentar documento que bem o identifique;
 - ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
 - ausentar-se do local de prova antes de decorrida uma hora do início da prova;
 - fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela Fundação Carlos Chagas no dia da aplicação da prova;
 - ausentar-se da sala de prova levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
 - estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
 - lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
 - não devolver integralmente o material recebido;
 - for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;
 - estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
 - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

16.1 O candidato que estiver portando equipamento eletrônico como os indicados nas alíneas "l" e "m" deverá desligar o aparelho antes do início da prova, conforme item 17.1 deste Capítulo.

17. Os pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros, equipamentos eletrônicos como os indicados nas alíneas "l" e "m" do item 16, deverão ser lacrados pelo candidato, antes do início da prova, utilizando saco plástico e etiqueta, a serem fornecidos pela Fundação Carlos Chagas exclusivamente para tal fim.

17.1 Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados pelo candidato, antes de serem lacrados.

17.2 Os pertences pessoais lacrados serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova durante todo o período de permanência dos candidatos no local de prova. A Fundação Carlos Chagas e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização da prova, nem por danos neles causados.

18. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer lacrados e desligados até a saída do candidato do local de realização da prova.
19. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, juntamente com a Folha de Respostas, o Caderno de Questões personalizado.
20. No dia da realização da prova, na hipótese de o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a Fundação Carlos Chagas procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação da comprovação de pagamento, com o preenchimento de formulário específico.
- 20.1 A inclusão de que trata o item 20 será realizada de forma condicional e será analisada pela Fundação Carlos Chagas, na fase do Julgamento da Prova Objetiva, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
- 20.2 Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 20, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
21. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
22. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.
23. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do dia, local e horário determinados.
24. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, não serão fornecidos exemplares dos Cadernos de Questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público. O candidato deverá consultar o site www.concursosfcc.com.br no primeiro dia útil, após a aplicação da prova, para tomar conhecimento da(s) data(s) prevista(s) para divulgação do(s) gabarito(s), das questões da prova e/ou do(s) resultado(s).

DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

1. Serão considerados aprovados os candidatos que atingirem o desempenho mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos possíveis na prova de Conhecimentos Específicos.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

2. Serão excluídos do Concurso os candidatos que não atingirem o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos possíveis nas provas de Conhecimentos Específicos.
3. A nota final do candidato será dada pelo somatório da multiplicação do número de acertos em cada prova pelos respectivos pontos por questão da referida prova, conforme quadro constante do Capítulo VI, item 3.

IX. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

1. Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente de nota final, em 4 (quatro) listas de classificação, conforme a seguir:
 - I. lista de classificação geral, por região administrativa, nela integrando os portadores de deficiência;
 - II. lista de classificação especial, por região administrativa, para portadores de deficiência;
 - III. lista de classificação geral estadual, nela integrando os portadores de deficiência e;
 - IV. lista de classificação especial estadual, para portadores de deficiência.
2. Na hipótese de igualdade de nota final e como critério de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
 - I. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, sendo considerada, para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais, estabelecido no item 8 do Capítulo VII, deste Edital;
 - II. tiver obtido o maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
 - III. tiver obtido o maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
 - IV. tiver obtido o maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;
 - 2.1 Permanecendo, ainda, o empate, será realizado Sorteio Público, tendo por objeto a lista de classificação geral estadual, nela integrando os portadores de deficiência, comunicado aos candidatos por meio de Edital publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de sua realização.
 - 2.2 O Sorteio Público de que trata o item supra terá efeito, como critério de desempate, na formação das listas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do item 1 deste Capítulo.
3. O Edital de homologação deste Concurso, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, conterá apenas informações relativas aos candidatos aprovados.

X. DOS RECURSOS

1. Serão admitidos recursos quanto:
 - a. ao indeferimento do requerimento de isenção do valor da inscrição;
 - b. a não-homologação das inscrições dos portadores de deficiência;
 - c. às questões da Prova Objetiva e gabarito preliminar;
 - d. ao resultado da Prova.
2. Os recursos mencionados no item acima deverão ser interpostos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data indicada no respectivo Edital.
3. Os recursos relacionados às alíneas “a” e “b” deverão ser impetrados exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.
4. Os recursos quanto às alíneas “c” e “d” deverão ser entregues pessoalmente pelo candidato ou por terceiro com procuração e protocolados no **Posto da Fundação Carlos Chagas**, em funcionamento no Colégio Estadual Protásio Alves, sito à Avenida Ipiranga, 1.090 – Azenha (Próximo ao Jornal Zero Hora) – Porto Alegre – RS, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30min às 17h, nos dias a serem oportunamente divulgados por meio de Edital que será publicado Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br).
 - 4.1 O recurso interposto por procurador, com poderes e finalidade específicos, só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato (não necessitando autenticação em cartório), e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
 - 4.2 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada, para tanto, a data do protocolo.
 - 4.3 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
5. Os recursos constantes nas alíneas “c” e “d” do item 1 deste Capítulo, deverão ser digitados ou datilografados e entregues em **2 (duas) vias** (original e cópia), devendo conter uma **Capa de Identificação** e a **Fundamentação do Recurso**.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

5.1 Capa de identificação, de acordo com o modelo abaixo.

Concurso:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Candidato:	_____
Nº Documento Identidade:	_____ Nº Inscrição: _____
Agente Administrativo / Região Administrativa:	_____
Data:	____/____/____
Assinatura:	_____

5.2 Na Fundamentação do Recurso o candidato deverá apresentar:

- número do caderno e número da questão;
 - as razões do recurso em exposição detalhada e fundamentada, devendo as mesmas serem apresentadas **em folhas separadas por cada questão recorrida, sem qualquer sinal identificador do candidato.**
6. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontem as circunstâncias que os justifiquem e interpostos dentro do prazo.
- 6.1 Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo, não serão conhecidos.
7. Não serão aceitos recursos interpostos por *fac-símile*(fax), *telex*, telegrama ou outro meio que não seja o estabelecido neste Edital.
8. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) da prova objetiva eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.
9. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.
10. Na ocorrência do disposto nos itens 8 e 9, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.
11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio do site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) e ficarão disponibilizadas pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua divulgação.
12. A Banca Examinadora constitui a última instância para os recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
13. **Serão preliminarmente indeferidos** os recursos:
- cujo teor despreze a Banca Examinadora;
 - que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo e com as instruções disponibilizadas no site da Fundação Carlos Chagas;
 - sem fundamentação ou com fundamentação inconsistente ou incoerente.

XI. DO PROVIMENTO DO CARGO

- O provimento do cargo dar-se-á conforme as necessidades e possibilidades da Procuradoria-Geral de Justiça, seguindo rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos.
- A posse implica aceitação expressa do cargo, do local e da sede indicados para o seu exercício.
- A posse condicionar-se-á à satisfação dos requisitos referidos no Capítulo III deste Edital.
- A publicação da nomeação será feita no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul.
- Os prazos para posse são os previstos no artigo 18 da Lei Complementar Estadual Nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994, e suas alterações, e se iniciam a partir da comunicação oficial da nomeação, a qual se dará conforme determinado no item 4 deste Capítulo.
- A nomeação será feita com base na lista de classificação geral, por região administrativa, até seu esgotamento. Não havendo interessados ou aprovados será feita com base na lista de classificação geral estadual.
- O candidato nomeado com base na lista de classificação geral, por região administrativa, que não tomar posse no cargo será excluído da mesma, ressalvada a hipótese de opção por última chamada, uma única vez, quando, então, passará a constar no final desta mesma lista. Em qualquer uma dessas situações, permanecerá inalterada sua posição na lista de classificação geral estadual.
- O candidato nomeado com base na lista de classificação geral estadual que não tomar posse no cargo será excluído da mesma, ressalvada opção por última chamada, uma única vez, quando, então, irá para o final desta mesma lista. Em qualquer uma destas situações, permanecerá inalterada sua posição na lista de classificação geral, por região administrativa.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

9. O candidato ao tomar posse no cargo terá seu nome excluído de qualquer outra lista de classificação existente neste concurso.
10. Os candidatos portadores de deficiência serão nomeados conforme listas classificatórias próprias de vagas legalmente reservadas, devendo também obedecer o determinado neste Capítulo, em especial os dispostos no itens 6,7,8 e 9.
11. Durante a eficácia do concurso, se forem abertas vagas para o cargo de que trata este Edital, não previstas pelo quadro constante do Anexo I, as mesmas serão primeiro disponibilizadas à remoção, conforme Provimento nº 63/2007 – PGJ (que dispõe sobre a remoção voluntária de servidores) e suas alterações.
12. As vagas decorrentes do processo de remoção previsto no item 11 deste Capítulo serão providas por nomeação, conforme Provimento nº 63/2007 – PGJ (que dispõe sobre a remoção voluntária de servidores) e suas alterações e conforme o Provimento nº 64/2007 – PGJ (que dispõe sobre as nomeações em virtude de aprovação em concurso público regional) e suas alterações.
13. Ao candidato nomeado poderá ser enviado telegrama de comunicação da nomeação. Este documento terá, tão-somente, a finalidade de conferir agilidade ao processo de chamada dos candidatos nomeados, não se caracterizando, em hipótese alguma, como meio de comunicação oficial da nomeação.
14. A comunicação oficial da nomeação dar-se-á conforme determinado no item 4 deste Capítulo, não podendo o candidato, em hipótese alguma, no caso de expirar o prazo à posse, ainda que não tenha recebido o telegrama mencionado no item 13 deste Capítulo, requerer sua posse intempestiva sob alegação de desconhecimento de sua nomeação.
15. O acompanhamento das nomeações também poderá ser feito pelo site www.mp.rs.gov.br.
16. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no recebimento dos documentos para a posse, afixará 1 (uma) foto 3x4 do candidato no Cartão de Autenticidade Digital – CAD e, na sequência, coletará assinatura do candidato e procederá autenticação digital no Cartão.

XII. DA HOMOLOGAÇÃO

1. O resultado final do Concurso, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado e publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br).

XIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
2. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação na prova do Concurso.
3. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados da prova, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.
4. O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
5. A aprovação e classificação no Concurso geram para o candidato apenas expectativa de direito à nomeação.
6. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.
7. Os atos relativos ao presente Concurso, a exemplo de convocações, avisos e comunicados serão publicados no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br) e no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br).
8. A Fundação Carlos Chagas disponibilizará o boletim de desempenho na prova para consulta, por meio dos números do CPF e do número de inscrição do candidato, no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br, após a publicação dos resultados.
9. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público.
10. Não serão fornecidos, pela Fundação Carlos Chagas, atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos, valendo para tal fim o boletim de desempenho disponível no endereço eletrônico da referida Fundação, conforme item 8 deste Capítulo, e a publicação da homologação do resultado do concurso no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br) conforme Capítulo XII deste Edital.
11. Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá:



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 529

- 11.1 entrar em contato, até a homologação do Concurso, com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas (0XX51) 3251-4561 ou (0XX51) 3251-4563 de segunda a sexta-feira, úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília) ou dirigir-se à sala de coordenação do local em que estiver prestando a prova para solicitar a correção;
- 11.2 dirigir-se, após a homologação do Concurso, à Unidade de Concursos Públicos – Divisão de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça, sita na Rua Andrade Neves n.º 106, 14º andar, Centro, Porto Alegre – RS, para atualizar os dados.
12. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários.
- 12.1 O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado até que se expire o prazo de validade do Concurso.
13. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Carlos Chagas não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- endereço eletrônico errado e/ou não atualizado;
 - endereço residencial errado e/ou não atualizado;
 - endereço de difícil acesso;
 - correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - correspondência recebida por terceiros.
14. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
- 14.1 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 14 deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.
15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.
16. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
17. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Carlos Chagas não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.
18. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador do Colégio, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:
- substituição dos Cadernos de Questões com defeito;
 - em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
 - se a ocorrência verificar-se após o início da prova, o Coordenador do Colégio, após ouvido o Plantão da Fundação Carlos Chagas, estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.
19. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e pela Fundação Carlos Chagas, no que a cada um couber.
20. Fica ciente o candidato habilitado para o cargo oferecido neste Concurso que, é vedada a remoção do servidor em estágio probatório, salvo dentro da mesma Região Administrativa para qual foi nomeado, desde que possua 1 (um) ano de efetivo exercício no cargo e no local de lotação, nos termos do Provimento nº 63/2007 – PGJ (que dispõe sobre a remoção voluntária de servidores) e suas alterações.
21. Será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.mp.rs.gov.br), o ato de designação dos componentes das Bancas Examinadoras, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da prova.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, RS, 21 de setembro de 2010.

DIOMAR JACINTA RECH,

Presidente da Comissão de Concurso.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

ANEXO I
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA

Código da Região Administrativa	Região Administrativa	Nº DE VAGAS		
		Não portadores de deficiência	Reservadas aos Portadores de Deficiência ⁽¹⁾	Total
R01	Região das Missões: Campina das Missões, Catuípe, Cerro Largo, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Porto Xavier, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Tucunduva.	01	0	01
R02	Região do Médio Uruguai: Campo Novo, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Frederico Westphalen, Iraí, Nonoai, Palmeira das Missões, Planalto, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Santo Augusto, Sarandi, Seberi, Tenente Portela, Três Passos.	02	0	02
R03	Região Planalto: Campinas do Sul, Carazinho, Casca, Erechim, Espumoso, Getúlio Vargas, Gaurama, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Passo Fundo, São Valentim, Soledade, Tapejara, Tapera.	02	0	02
R04	Região do Alto Jacuí: Augusto Pestana, Cruz Alta, Ibirubá, Ijuí, Panambi, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Tupanciretã.	01	0	01
R05	Região da Serra: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Veranópolis.	01	01	02
R06	Região do Vale do Taquari: Arroio do Meio, Arvorezinha, Encantado, Estrela, General Câmara, Guaporé, Lajeado, Taquari, Teutônia, Triunfo, Venâncio Aires.	01	0	01
R07	Região dos Campos de Cima da Serra: Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Sananduva, São José do Ouro, Vacaria.	01	0	01
R08	Região do Vale do Rio Pardo: Arroio do Tigre, Cachoeira do Sul, Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Vera Cruz.	01	0	01
R09	Região Central: Agudo, Cacequi, Faxinal do Soturno, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul.	01	0	01
R10	Região da Fronteira Oeste: Alegrete, Itaqui, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis, Uruguaiana.	01	01	02
R11	Região da Campanha: Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel.	01	0	01
R12	Região Sul: Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul.	02	0	02
R13	Região do Litoral: Capão da Canoa, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Tramandaí.	01	0	01
R14	Região Metropolitana: Campo Bom, Dois Irmãos, Esteio, Igrejinha, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas.	02	0	02
R15	Região Metropolitana do Delta do Jacuí: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Barra do Ribeiro, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Portão, São Jerônimo, Tapes, Viamão.	02	01	03
R16	Região Porto Alegre: Porto Alegre.	01	0	01
Totais		21	03	24

Legenda:

(1) Reserva de vagas para candidatas portadores de deficiência, nos termos dos dispositivos legais mencionados no Capítulo V deste Edital.



ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Síntese dos Deveres: Atividade envolvendo execução de trabalhos relacionados à organização, controle e manutenção dos serviços de recursos humanos, administrativos, patrimonial, de finanças e contábil; bem como na realização de tarefas de apoio aos diversos órgãos da estrutura do Ministério Público.

Descrição Exemplificativa: Informar pessoas que versem sobre matéria da Procuradoria-Geral de Justiça e de suas relações com outros órgãos de acordo com orientação recebida; examinar os documentos que instruem os processos que versam sobre assuntos administrativos, opinando a respeito dos mesmos; participar de levantamentos e estudos com vistas à simplificação de rotinas e reestruturação dos serviços da Procuradoria-Geral de Justiça; elaborar folhas de pagamento; executar trabalhos de protocolo, como fichamento e controle de andamento de processos; examinar e opinar sobre documentação que instrui os processos de despesa antes da realização da mesma; elaborar, sob orientação, notas de empenho; efetuar levantamento com vistas à elaboração da proposta orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça; propor e colaborar na elaboração de fichas, gráficos, rotinas, mapas e manuais de instrução e padronização dos serviços; fazer pesquisas em bancos de dados eletrônicos sobre questões administrativas de pessoal, patrimonial e financeira, bem como de assuntos jurídicos relativos à atuação do Ministério Público; organizar, sob supervisão, arquivos e índices bibliográficos, de pesquisas e documentos escritos inclusive em banco de dados informatizados; redigir, datilografar, digitar, imprimir, transmitir e arquivar trabalhos escritos, inclusive através de processos informatizados; operar com processador de texto, planilhas eletrônicas e banco de dados; participar em atividades de organização e manutenção e registro de materiais de consumo e permanentes do Ministério Público; elaborar mapas, grades, gráficos, estatísticas, demonstrativos e controles referentes às atividades do Ministério Público, inclusive através de sistemas eletrônicos de dados; colaborar com as atividades relacionadas com a biblioteca, finanças, patrimônio, recursos humanos e administrativos em geral; efetuar a revisão de trabalhos escritos, buscando especificamente a correção de ortografia, sintaxe, regência e concordância; elaborar pautas de reuniões de órgãos colegiados ou comissões, redigindo as respectivas atas e registros, bem como decodificando ou transcrevendo gravações; realizar trabalhos do protocolo, arquivo, recebimento e expedição de expedientes, mantendo o controle e os registros em sistema integrado; atender o público; conferir materiais e suprimentos em geral com as faturas, conhecimentos ou notas de entrega; pesar, contar e medir materiais recebidos; fazer a apuração de frequência de servidores; registrar a entrada e saída de materiais de acordo com procedimentos determinados; executar outros trabalhos correlatos e determinados.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Atenção: Considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Atenção: Considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições.

1. CONHECIMENTOS GERAIS

LEGISLAÇÃO

Direito Administrativo: I. Administração pública: conceito; administração direta e indireta; descentralização e desconcentração; órgãos públicos. II. Atos administrativos: requisitos; características; atributos; anulação e revogação; extinção; classificação; espécies. III. Poder de polícia. IV. Serviço público: definição; classificação; características. V. Responsabilidade extracontratual do Estado: noções. VI. Controle da Administração Pública: conceito; espécies (judicial, legislativo e administrativo).

Direito Constitucional: I. Direitos e garantias fundamentais. II. Organização do Estado. III. Organização dos Poderes.

Improbidade Administrativa: I. A Lei nº 8.429/92, com alterações supervenientes: Disposições gerais; Atos de improbidade administrativa; Penas; Declaração de bens; Procedimento administrativo e processo judicial.

INFORMÁTICA

Ambiente Operacional WINDOWS (*): Fundamentos do Windows: Operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; Trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; criação e exclusão de arquivos e pastas; Configurações Básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; Windows Explorer.

Processador de Textos WORD ():** Área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do WORD; Formatação de documentos: recursos de margens, tabulação, recuo e espaçamento horizontal, espaçamento vertical, fontes, destaque (negrito, sublinhado, itálico, subscripto, sobrescrito, etc); Organização do texto em listas e colunas; Tabelas; Estilos e modelos; Cabeçalhos e Rodapés; Configuração de Página;



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

Planilha Eletrônica EXCEL ():** Área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do EXCEL; deslocamento do cursor na planilha para seleção de células, linhas e colunas; Introdução de números, textos, fórmulas e datas na planilha, referência absoluta e relativa; Principais funções do Excel: matemáticas, estatísticas, data-hora, financeiras e de texto; Formatação de planilhas: número, alinhamento, borda, fonte, padrões; Edição da planilha: operações de copiar, colar, recortar, limpar, marcar, etc.; Classificação de dados nas planilhas; Gráficos.

Acesso a Redes de Computadores (*):** Estrutura de Redes de Computadores: Redes Locais e Internet; Mecanismos de cadastramento e acesso a redes: LOGIN, Username, Senha; Protocolos e Serviços de Internet: mailto, HTTP, FTP, News; Correio Eletrônico: Endereços, utilização de recursos típicos; World Wide Web: Browsers e serviços típicos, mecanismos de busca.

Conceitos de proteção e segurança: procedimentos e segurança de acessos, vírus de computador, ferramentas anti-vírus.

Software de apresentação Microsoft POWERPOINT ():** Área de trabalho, barra de ferramentas, botões e menus do POWERPOINT; Criação de apresentações e inserção de slides; elementos da tela e modos de visualização; Trabalhando com objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos; Listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho; Uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; Layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; Montagem de slides animados; Integração com Word e Excel; Salvar apresentações para acesso via browser.

(*) - Será tomada como base a versão do Windows em Português, com as características a partir do Windows XP.

(**) - Será tomada como base a versão do WORD e EXCEL em Português, com as características a partir do WORD XP, EXCEL XP e POWERPOINT XP.

(***) - Será tomado como base os recursos mais gerais e comuns das versões atuais dos browsers Internet Explorer e Mozilla Firefox e para correio eletrônico recursos mais comuns do Outlook Express e Mozilla Thunderbird.

2. LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia: sistema ortográfico vigente. Morfossintaxe: identificação e emprego das classes gramaticais; flexão verbal; flexão nominal; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; emprego do sinal de crase. Pontuação. Processos sintáticos de coordenação e subordinação; estrutura da oração e do período; paralelismo sintático; equivalência e transformação de estruturas; discurso direto e indireto. Semântica: significado de palavras e expressões; sinônimos e antônimos; denotação e conotação. Intelecção de textos: tipos de texto; estrutura textual; relação entre ideias: coesão e coerência; ideia central e ideias convergentes; argumentação; ponto de vista do autor. Análise e interpretação de textos: informações literais e inferências.

3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Matéria Estatutária e Institucional: I. O Ministério Público nas Constituições Federal e Estadual: 1. Princípios institucionais do Ministério Público: Unidade; Indivisibilidade; Independência Funcional. 2. Autonomias constitucionais do Ministério Público: Funcional; Administrativa; Financeira. 3. Garantias constitucionais dos Membros do Ministério Público: inamovibilidade; irredutibilidade de subsídios; vitaliciedade. 4. Vedações constitucionais. 5. Funções institucionais do Ministério Público. II. O Conselho Nacional do Ministério Público: composição e competência. III. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93). IV. A Lei Complementar nº 75/93. V. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/82, com alterações supervenientes): 1 Organização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: Órgãos de administração; Órgãos de execução; Órgãos auxiliares. VI. Regime jurídico dos Membros do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93 e Lei Estadual nº 6.536/73, com alterações supervenientes). VII. O Servidor Público nas Constituições Federal e Estadual. VIII. Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, com alterações supervenientes). IX. Disposições específicas dos Quadros de Pessoal do Ministério Público: Auxílio-condução (Lei Estadual nº 8.829/89 com a redação da Lei Estadual nº 11.357/99); Vale-refeição (Lei estadual nº 11.250/98); Auxílio-creche (Lei Estadual nº 11.358/99); Gratificação por exercício de atividades perigosas (Lei Estadual nº 11.206/98); Vedação à Advocacia (Lei Estadual nº 12.956/2008); Afastamento para curso Público (Lei Estadual nº 12.262/2005).

Licitações e Contratos: I. A Lei nº 8.666/93 com alterações supervenientes. A Lei Federal nº 10.520/2002. 1. Licitações: Disposições gerais; Modalidades; Limites; Dispensa e Inexigibilidade; Habilitação; Registros cadastrais e Procedimento e julgamento. 2. Contratos: Tipos de contratos; Cláusulas necessárias; Duração do contrato. 2.1. O regime jurídico dos contratos. 2.2. Execução dos contratos: a importância da gestão do contrato; o acompanhamento e a fiscalização.

Orçamento Público e Gestão Fiscal: I. Noções gerais. II. Planejamento e Execução Orçamentários: o Plano Plurianual; a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. III. O orçamento público na Lei nº 4.320/64: 1. A Despesa: empenho; liquidação e pagamento. IV. A gestão fiscal responsável: 1. A Lei Complementar Federal nº 101/2000: Disposições Preliminares; Planejamento; Receita Pública; Despesa Pública (geração da despesa e das despesas com pessoal) Restos a pagar. 2. Da transparência da gestão fiscal. 3. Do relatório resumido da execução orçamentária. 4. Do relatório de gestão fiscal. 5. Das prestações de contas. 6. Da fiscalização da gestão fiscal.

Matemática: Conjuntos numéricos. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Percentagem. Juros Simples. Juros Compostos. Montante. Capital. Desconto simples. Descontos compostos. Progressões aritméticas e geométricas. Matrizes e determinantes. Geometria plana: área e perímetro de polígonos e círculos. Geometria espacial: área de superfícies e volumes de prismas e cilindros. Estatística: média simples e ponderada. Construção e interpretação de gráficos.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de setembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 529

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 66/2010

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) **Inquérito Civil, nº 00920.00017/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na construção de módulos sanitários com verba estadual.

2) **Inquérito Civil, nº 003/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades verificadas em contratação de empresa para prestação de serviços.

3) **Inquérito Civil, nº 00727.00009/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de averiguar inexistência de Defensoria Pública em município.

4) **Inquérito Civil, nº 00794.00048/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de apurar eventual prejuízo à Saúde e aos Direitos da Coletividade como potencial consumidora de serviços profissionais prestados, em razão de propaganda veiculada na mídia.

5) **Inquérito Civil, nº 00794.00055/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de apurar possível irregularidade/improbidade administrativa quanto ao uso de carro de gabinete de prefeito.

6) **Inquérito Civil, nº 00794.00067/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Rosélia Vasconcellos Brusamarelo, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de apurar notícia de eventual descumprimento da legislação no que diz respeito a venda de ingressos a preço reduzido para estudantes.

7) **Inquérito Civil, nº 00794.00063/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de apurar eventual descumprimento de contrato e de execução de obras, decorrente de processo licitatório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de Setembro de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO 012/2010-CGMP

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, nos termos do § 3º do artigo 4º da Resolução 0002/2009-CGMP, divulga o cronograma das correições ordinárias para outubro de 2010:

OUTUBRO		
Dia	Promotoria de Justiça	
06	Dois Irmãos	Cargo único
08	Porto Alegre	PJ Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis – 16º cargo
13 a 15	Santa Cruz do Sul	PJ Criminal – 1º, 2º e 3º cargos
18 a 21	Arroio Grande Herval	Cargo único Cargo único
20 a 22	Caxias do Sul	PJ Especializada – 3º e 4º cargos
28	Canoas	PJ Criminal – 1º, 2º e 5º cargos

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de setembro de 2010.

ARMANDO ANTÔNIO LOTTI,

Corregedor-Geral do Ministério Público.